

CARTA PASTORAL DO COLÉGIO EPISCOPAL

Evangelho em ação

Ação social da Igreja Metodista

Evangelho em ação

Ação social da Igreja Metodista

“Para que todo o que nele crê tenha a vida eterna.”
(Jo 3.15)

Carta Pastoral do Colégio Episcopal da Igreja Metodista

Colégio Episcopal 2012/2016

Bispo Adonias Pereira do Lago – Presidente
Bispo João Carlos Lopes – Vice-Presidente
Bispa Marisa de Freitas Ferreira – Secretária
Bispo Paulo Tarso de Oliveira Lockmann
Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa
Bispo José Carlos Peres
Bispo Roberto Alves de Souza
Bispo Carlos Alberto Tavares Alves

Secretário Executivo do Colégio Episcopal

Bispo Stanley da Silva Moraes

Secretária Executiva para Vida e Missão

Joana D´Arc Meireles

Assessor ao Colégio Episcopal

Helmut Renders

Revisão

Celena Alves

Diagramação

Alixandrino Design

Arte Capa

Tiago Costa

Foto Capa

Masson/shutterstock

Sumário

05	Introdução
07	Capítulo 1 – Compaixão e compreensão – fundamentos para o evangelho em ação
09	Capítulo 2 – Identificação do problema na vida da Igreja e no cotidiano da sociedade
17	Capítulo 3 – A visão bíblica do evangelho em ação
25	Capítulo 4 – A visão histórica e teológica
33	Capítulo 5 – Orientações pastorais
37	Conclusão
39	Bibliografia



Sede Nacional
Av. Piassanguaba, 3031
04060-004 – São Paulo - SP

Introdução

“E percorria Jesus todas as cidades e povoados, ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando toda sorte de doenças e enfermidades. Vendo ele as multidões, compadeceu-se delas, porque andavam aflitas e exaustas como ovelhas que não têm pastor. E, então, se dirigiu a seus discípulos: A seara, na verdade, é grande, mas os trabalhadores são poucos. Rogai, pois, ao Senhor da seara que mande trabalhadores para a sua seara.”
(Mateus 9.35-38)

Queridos/as discípulos/as, recebam esta carta com alegria em seus corações!

Deus tem nos dado grandes oportunidades no serviço cristão amoroso junto ao povo brasileiro. Apresentamos esta carta pastoral, a fim de que trabalhem esse documento não apenas como mais um, mas como sendo palavra de Deus para seu ministério nos caminhos da missão. Sem vocês a missão não acontecerá como Deus deseja e como o Espírito Santo vem requerendo da igreja nestes últimos dias. Motivamos você a ter um tempo precioso de leitura, em oração e na total dependência de Deus, e de sua vontade, para sua vida, família e igreja local.

Deus nos chamou para buscar as ovelhas que não tem o Pastor-Jesus. Aquelas perdidas, doentes da alma e do corpo, confusas, socialmente injustiçadas, sem esperança, amor e fé. Frente a este chamado somos desafiados/as a olhar para o ser humano da maneira como Deus olha: integralmente. O olhar de Jesus Cristo deve ser o olhar da igreja. Esta carta pas-

toral, procura seguir este olhar e propõe para a Igreja fazer o mesmo.

As ações da Igreja precisam ser as ações que Cristo realizou nesta terra. Seguindo este propósito, não podemos negligenciar o/a outro/a em situações de morte. É ilusório supor que ações concretas a favor da vida brotem naturalmente. Sabemos que a realidade não é assim, como se fosse automática, é preciso ter fé genuína no coração, os olhos cheios de compaixão, amor e misericórdia. Ter as mãos diligentes para realizar atos humanitários. Necessário é ser intencional nestas ações de amor.

As vidas são tocadas e serão transformadas à medida que elas encontrem soluções para seus muitos dilemas e, também, quando as manifestações da Graça divina lhes são ministradas com autoridade e amor, como Jesus fazia com todos e todas que o encontravam pelo caminho.

Os olhos que se abrem para ver a dor do outro, os pés que caminham em direção aos necessitados e as mãos estendidas para socorrer e abençoar, geram o fruto da solidariedade de um coração verdadeiramente cristão!

Você pode ser esta pessoa usada por Deus! Dispõe-te e deixa ele te usar com graça e amor.

Com carinho,
Bispos e Bispa da Igreja Metodista

I

Compaixão e compreensão Fundamentos para o evangelho em ação

“Somente haverá em nós compaixão e compreensão das desigualdades e desafios sociais quando nos colocarmos no lugar do outro. Viva apenas um dia com seu irmão sofredor e passará a vê-lo e compreendê-lo com outros olhos: os olhos da compaixão.”
Bispo Roberto Alves

O movimento metodista encontrou sua motivação para realizar a obra confiada a Jesus, buscando a realização daquilo que se entende ser a vontade de Deus e, também, a análise cuidadosa e compreensiva das condições de vida de pessoas, grupos sociais, povos e épocas, conforme orientação do Espírito Santo, segundo o exemplo de Jesus, o Cristo.

A paixão metodista pela vida se inspira na compaixão de Deus que amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito (Jo 3.16) e da mesma maneira, na compaixão de Jesus para com as multidões, por compreender de modo profundo a situação que se apresentava sem solução e sem esperança, porque andavam cansadas e desgarradas, como ovelhas que não têm pastor (Mt 9.36).

A Igreja Metodista procura ser fiel ao seu

chamado, ser sensível ao sopro do Espírito e olhar o exemplo do seu mestre, espelhando-se na compaixão e compreensão divina. Ela corresponde ao seu chamado crescendo em compaixão e na compreensão da condição de vida das multidões de nossos dias. Multidões compostas por crianças, jovens, adultos e idosos; pessoas com deficiência congênita ou adquirida durante a vida; mulheres e homens; presos e livres; indígenas, afrodescendentes e eurodescendentes.

Porém, mesmo que a safra de obreiros/as seja grande, ainda faltam pessoas (Mt 9.38) que venham a descobrir sua vocação em dedicar suas vidas a um evangelho em ação, que estejam dispostos a sair dos templos e assumir a causa nobre e divina de servir ao próximo em suas necessidades mais elementares, como o pão de cada dia e outras necessidades tais como uma educação sólida que contribui para o bem comum e na construção de uma sociedade com oportunidades de vida para toda humanidade.

2 Identificação do problema na vida da Igreja e no cotidiano da sociedade

“Vossa própria natureza é dar sabor a tudo quanto vos rodeia. É da natureza do divino sabor que existe em vós expandir-se em tudo quanto tocardes, difundir-se por todos os lados, atingindo a todos aqueles em cujo meio estiverdes. Esta é a grande razão pela qual a Providência de Deus vos misturou com os outros homens, de modo que as graças, quaisquer que sejam, que de Deus houverdes recebido, possam ser comunicadas através de vós ao demais homens.”
João Wesley

Em todas as épocas Deus levantou profetas para alertar e conduzir o povo de Deus. Eles analisaram e explicaram a situação vivencial, afirmando que a vontade Deus é de que haja, de fato, justiça e paz nos corações e nas ações de cada pessoa e, também, na forma como elas convivem e se organizam: por leis, instituições, festas e mitos (para explicar suas origens).

De forma crítica, porém compreensiva, os profetas confrontaram o modo de vida do povo e suas práticas com a mensagem da Justiça e do Reino Deus. Tradição

também seguida por Jesus, não somente afirmando a palavra de Deus, mas, sendo a palavra de Deus em pessoa, mostrando a verdade pelo seu caminhar e por sua vida, não se apegando à forma de Deus, mas assumindo a forma de um ser humano servo, até a morte na cruz (Fp 2.7,8).

a) O desafio de manter uma compreensão integrada da fé cristã

Observa-se por toda a história da humanidade e da igreja, inclusive nos dias atuais, a necessidade contínua desse ministério profético. Existem para isso razões externas e internas. Uma geração aprende, compartilha e ensina, a outra se esquece ou não sabe mais ler os sinais do tempo, ou não assume o que ela deveria de fato saber, ou enfrenta uma nova situação para qual ela não se sente preparada, levando-a, muitas vezes, a retirar-se, a interiorizar-se, a utilizar a montanha da transfiguração como fuga, até que a igreja escute e obedeça novamente a palavra de Jesus: desçam da montanha! (Mc 9.9)

São diversas as razões para isso. Observamos desde a Antiguidade e durante toda a Modernidade que forças desintegradoras tentam levar a comunidade de fé a abandonar a prática que integra contemplação e ação, fé e razão. Em sua forma ideal, elas deveriam ser complementares, sendo que uma não deveria apagar a outra, mas contribuir para a plenitude do caminhar do povo de Deus. A desintegração passa, muitas vezes, por processos de priorizações – por exemplo, definir que uma coisa é mais importante que outra. De repente se afirma que a evangelização é mais importante do que a ação social. Outra forma de desintegrar é o caminho da divisão, por exemplo, entre espírito e carne, fé e razão.

Há, nessa lógica, quem desintegre o próprio Deus trino dividindo-o em três pessoas, ou pensando que existe nele uma ordem hierárquica, como exemplo,

valorizar sempre em primeiro o Pai, somente depois o Filho e, finalmente, em menor grau, o Espírito Santo. Entretanto, como as três pessoas do Pai, Filho e Espírito não são divisíveis entre si, a sua obra também não é, ela se desenvolve em perfeita união e se complementa.

Entretanto, o platonismo e o neoplatonismo na antiguidade, durante a época medieval e na modernidade, juntamente com a lógica cartesiana, influenciaram profundamente a forma como cremos, pensamos e vivemos a nossa vida e como compreendemos as nossas obrigações como seres humanos e pessoas da fé. Precisamos identificar e superar estas distorções, pois elas atingem e contaminam as raízes do nosso ser, da nossa existência.

A história do movimento metodista reserva para nós valiosas lições, como um durador impacto sobre o qual se constrói uma compreensão integrada e abrangente da fé cristã. John e Charles Wesley conjugaram fé e razão, piedade e ciência, oração, jejum e estudo, de tal modo que se complementaram. Eles redescobriram a práxis antiga da Igreja cristã de promover obras de piedade e de misericórdia, lado a lado, e combinaram esta práxis com a ênfase da reforma, na liberdade de religião e de consciência. Avanços alcançados somente por um grupo maior do povo de Deus na época da reforma.

Esta indissolúvel relação se tornou quase um provérbio na geração dos pais e das mães da autonomia da Igreja Metodista do Brasil, quando eles/as se referiam aos missionários pioneiros Kennedy, Tucker e Tarbeaux como “trio de ouro”. Na memória metodista, preservou-se como momento dourado da missão pioneira, uma missão capaz de articular “com todos os santos, qual é a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade e conhecer o amor de Cristo” (Ef 3.18-19) e do seu Reino, pela promoção em conjunto da evangelização, educação e ação social.

Lembramos, finalmente, que a Igreja Metodista reafirmou esta intuição no Plano para a Vida e Missão da Igreja Metodista, que contribuiu para a redescoberta da integração de diversos aspectos da missão, sempre contemplando aspectos individuais e públicos da fé, o cumprimento da missão através da evangelização, da educação (cristã, teológica e secular) e da ação social ou presença pública.

b) Desafios específicos na vida da Igreja

A Igreja cristã é chamada para responder a este quadro com discernimento e disposição de se converter onde se mostrar necessário. Especificamente, precisa superar, nos dias de hoje, duas tentações:

I. o impulso de abandonar a terra e todos que nela habitam como lugar sem esperança, já entregue à perdição, sem futuro, abandonado por Deus e sem a presença do Espírito;

II. o impulso de confundir o penúltimo com o último, o mundo secular ou a igreja (grupos sociais, etnias, partidos, movimentos, pessoas, instituições, meios de graça) com Deus.

Quem não tem esperança quanto à salvação do mundo não parte para a ação, seja por que acredita que não faria mais parte dos planos de Deus ou por que não se pode esperar muito além daquilo que já alcançou em sua vida.

Lembramos a voz profética de Sante Uberto Barbieri que já, em 1936, alertou: “Uma igreja que naufraga na práxis, é Cristianismo que não merece viver. Uma Igreja que no meio de um mundo cheio de problemas e de dores cruza ‘santamente’ os seus braços esperando que Deus envie um dilúvio ou um qualquer outro castigo é uma igreja apóstata. [...] A sociedade é o campo experimental de nossa religião. Esta demonstra o seu poder, quando aquela é por ela transformada.”

Assim, a igreja não deve subestimar tanto o temporal, a corporeidade e o penúltimo, como a promessa da presença preveniente do Espírito Santo em nosso mundo. Confirmamos o evangelho do reino como nosso horizonte da esperança que já ilumina os nossos passos. Somos realistas quanto à imensidão e complexidade da tarefa, do envolvimento contínuo e culpável da própria igreja nas estruturas do pecado. Ao mesmo tempo, continuamos esperançosos diante da grandeza do nosso Deus criador, salvador e consolador, da sua compaixão e compreensão para com o seu mundo e para com a sua igreja.

c) Desafios específicos no cotidiano da sociedade

Julgamos também oportuno compartilhar que os desencontros não partem somente da igreja e do povo de Deus. Na história recente, o estado rejeitou diversas vezes o braço estendido da igreja à sociedade. Na época de Vargas houve o sistema “um estado e uma religião”. Favoreceu-se a fé católica, diminuindo significativamente as possibilidades de colaboração entre igrejas protestantes e o governo. Durante a Ditadura militar, a voz profética da Igreja foi mal-interpretada e tratada como mera opção partidária, criminalizando-a e, em casos extremos, exilando e matando vários jovens cristãos e alguns líderes eclesiais. Esta violência deixou marcas profundas na igreja e em seus membros, e foi capaz de dividir a própria igreja, ao ponto de levá-la a compactuar em parte com este sistema de repressão. Este fato, de algum modo, ainda influencia em nosso subconsciente, favorecendo uma fé que se afasta de interagir com a esfera pública.

Por outro lado, o estado laico brasileiro procura, hoje em dia, definir o papel da igreja. Num momento ele aceita o estabelecimento de um acordo que estabelece direitos especiais para determinada confissão religiosa e em outras vezes, ele julga

impróprio misturar o laico com o religioso. Necessita-se um maior esclarecimento da relação do estado com a religião e deve ser feito pelo próprio estado, para que a colaboração da igreja na sociedade civil seja eficaz e vista como sinal de serviço em amor.

Como voz profética, a igreja deveria atuar de forma parecida com o jornalismo. Como diz João Parahyba: “O papel da igreja no Estado é o de uma instituição independente capaz de fazer leituras alternativas das causas da pobreza estrutural, das grandes chagas sociais”.

É na independência em relação ao estado que a igreja lembra o Estado laico de sua tarefa: defender “a vida e liberdade da pessoa humana” e promover o “bem-comum mediante o desenvolvimento da justiça e da paz na ordem social” (Credo Social, III.3). Assim, ao lado da divisão clássica do poder, num estado moderno, entre o legislativo, judiciário e executivo, cabe aos dois (igreja e imprensa) enriquecer a sociedade pelo seu discernimento, pela sua solidariedade e pela sua capacidade de vivenciar novas formas de vida em seu próprio meio.

Esperamos do estado que ele ceda à igreja o espaço necessário para poder cumprir seu papel e não confunda a presença da igreja como algo equivalente a um retorno forçado ao sagrado, com atitudes supostamente medievais ou inquisitórias. Diferentemente, “É preciso que o Estado, a cidade e a comunidade civil ouçam sempre de novo uma ‘história’ cujo conteúdo e objetivos são capazes de ajudá-los a prestar-se como analogia, como parábola do Reino de Deus, permitindo a realização dos imperativos práticos da justiça social” (João Parahyba). O Credo Social afirma: “A reconciliação do mundo em Jesus Cristo é a fonte da justiça, da paz e da liberdade entre as nações”. Assim, entendemos que “todas as estruturas e poderes da sociedade são chamados a participar dessa nova ordem” e que a Igreja seja “a comunidade que exemplifica essas relações novas

do perdão, da justiça e da liberdade, recomendando-as aos governos e nações como caminho para uma política responsável de cooperação e paz” (Credo Social, III.5 7.b).

d) A superação de três tradições da interação entre igreja e estado

Quanto à relação entre igreja e estado, identificamos três tradições que prejudicam uma interação e colaboração respeitosa, mas crítica com a sociedade:

- A ideia que Deus teria abandonado a terra. Esta compreensão ignora a presença divina que pela graça atua de forma preventiva, mantendo o mundo e preparando seus habitantes para a recepção consciente do evangelho.
- Que a conversão de pessoas para o evangelho, naturalmente resultaria em uma sociedade mais justa e o estabelecimento da paz em seu meio.
- Que a criação de estruturas mais justas resultaria em seres humanos mais honestos.

Todas estas ideias orientaram e orientam ações da igreja e da sociedade. Entretanto, precisamos admitir que a ênfase na conversão sem educação para a cidadania neutralizou de tal modo o impacto transformador da igreja na sociedade que a diferença entre uma população mais ou menos cristã quase não se sente nos estados da união. Isso precisa ser mais bem analisado, explicado pela educação cristã e corrigido pelos grupos de discipulado, visando à promoção do estilo de vida do Reino de Deus.

Da mesma forma, questionamos a fé na transformação “decima para baixo”, por determinações, restrições ou a criação de oportunidades pelo estado como legislador. Observamos, apesar dos visíveis avanços na sociedade brasileira, que, por exemplo, o problema da corrupção não diminuiu com o

aumento de salários e que cada nova tecnologia é também usada para exploração do ser humano.

É preciso resgatar o que já foi dito no Credo Social de 1970: “É necessário que, a par com a mudança das estruturas sociais, se processe uma transformação da mentalidade humana” (Credo Social, 5.4). Reafirmamos que a superação dos males sociais somente acontecerá quando se focaliza tanto a renovação do indivíduo como a transformação do ambiente no qual ele vive, através da evangelização, da educação cristã, teológica e secular, da promoção do evangelho em ação, da ação social e da presença pública da igreja nos níveis municipais, estaduais e nacionais.

3

A visão bíblica do evangelho em ação

“Trabalhar na Missão de Deus e trabalhar para o Senhor do Reino num mundo espremido pelas forças do pecado e da morte, participando, como comunidade, com dons e serviços para o nascer da vida.”
(PVMI, p.93)

Para isso, e muito mais, nos serve como fonte de inspiração, orientação e fundamentação, as Sagradas Escrituras, com os Profetas, os Evangelhos e as cartas do Novo Testamento. A Igreja Metodista entende a Bíblia como única regra de fé e prática dos cristãos. De igual maneira os reformadores, afirmamos “sola escritura”, que significa “mediante” a Bíblia.

Segundo a experiência coletiva da igreja cristã, o estudo do texto bíblico é a fonte mais rica e com a probabilidade mais alta de se conhecer a vontade de Deus e de encontrar a força necessária para cumpri-la. Assim, a Igreja Metodista afirma sua responsabilidade cristã pelo bem-estar integral do ser humano, em decorrência de sua fidelidade à Palavra de Deus (Credo Social, §1.1). Quanto à ação social, isso significa:

a) A terra é do Senhor: a presença de Deus naquilo que a ele pertence

Segundo o Antigo e Novo Testamento, o povo de Israel e, posteriormente, a igreja, não existiam de forma isolada do mundo. Assim ecoa a afirmação do Salmo 24.1 - "Ao Senhor pertence a terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam". Ainda, em 1 Coríntios 10.26, sem nenhuma restrição: "Porque do Senhor é a terra e a sua plenitude".

A tradição metodista entende que o pertencer da terra a Deus, corresponde à presença do Deus criador em seu mundo, de forma extraordinária e única, pelo Filho, de forma preveniente e universal, pelo seu Espírito. "A terra é do Senhor" por que o Senhor a mantém até hoje. Como fruto da sua benignidade e da sua misericórdia, a terra e todos que nela habitam, é mantida pela graça de Deus.

Além da natureza, a presença de Deus se expande às criações humanas, à cultura e à sociedade. Paulo pode elogiar os gregos pelo fato de terem criado um altar para o Deus desconhecido (Atos 17.23) e Jesus ensina seus discípulos a ver o outro diferente numa perspectiva acolhedora e não desconfiante, por princípio: "Pois quem não é contra nós é a por nós" (Mc 9.40).

Não foram poucas as vezes em que a igreja confundiu aspectos da sua respectiva cultura com a essência do Evangelho do Reino. Isso aconteceu especialmente, quando ela era majoritária ou nacional, ou seja, quando ocupava um espaço privilegiado na sociedade, lado a lado com os governantes. Assim, reafirmamos que a Igreja precisa ser sempre "consciente de sua culpabilidade e ser instruída em todo conhecimento que a ela compete", para "discernir e obedecer a vontade de Deus" (Credo Social, Art. 4º, Item III.4 – Cânones 2012), sabendo quais aspectos da cultura ela abraçará e quais ela considerará não expressão da maturidade humana.

b) A promoção e construção de justiça e paz

Apesar disso, todas as construções humanas sofrem, inclusive os seus maiores e inquestionáveis avanços, pela ambiguidade e provável alienação dos seus criadores. Um dos critérios mais importantes que os textos bíblicos nos oferecem para fazer uma avaliação do mundo é verificar a existência de justiça e paz na sociedade e na vida de cada pessoa.

Justiça e paz são descritas como atributos da presença de Deus desde a época do Antigo Testamento: "Encontraram-se a graça e a verdade, a justiça e a paz se beijaram" (Salmo 85.10); "O efeito da justiça será paz, e o fruto da justiça, repouso e segurança, para sempre" (Isaías 32.17); encontramos referências parecidas no Novo Testamento: "Ora, é em paz que se semeia o fruto da justiça, para os que promovem a paz" (Tiago 3.18). Fica, então, evidente que o horizonte da igreja primitiva não se limitava à satisfação das suas necessidades mais simples, interiores ou espirituais, mas que ela avançou para uma visão maior que incluía não somente a comunidade e sim, toda a sociedade na qual ela vivia: "Porque o reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo" (Romanos 14.17).

A realização dessa justiça não era esperada por mera intervenção divina, era construída. Assim a convicção envolveria a própria igreja e, diante de possíveis resistências, envolveria também sofrimento pela causa: "Toda disciplina, com efeito, no momento não parece ser motivo de alegria, mas de tristeza; ao depois, entretanto, produz fruto pacífico aos que têm sido por ela exercitados, fruto de justiça." (Hebreus 12.11).

Deste modo, a justiça e a paz são promovidas pela presença de Deus em seu mundo e pela colaboração da igreja nessa missão de Deus, dando razão da nossa esperança (1 Pedro 3.16) com palavras e também mediante uma fé ativa em amor (Gl 5).

c) Cuidar do pobre, da viúva, do órfão, do estrangeiro

Cada época tem avanços em relação ao passado e também mostra fragilidades. Assim, reclamaram os profetas de Israel, tanto antes do Exílio: “Executai o direito e a justiça e livrai o oprimido das mãos do opressor; não oprimeis ao estrangeiro, nem ao órfão, nem à viúva; não façais violência, nem derrameis sangue inocente neste lugar.” (Jeremias 22.3); como depois: “não oprimeis a viúva, nem o órfão, nem o estrangeiro, nem o pobre, nem intente cada um, em seu coração, o mal contra o seu próximo.” (Zacarias 7.10).

No novo Testamento, aparecem novamente estes quatro grupos emblemáticos: o pobre, a viúva, o órfão e o estrangeiro. Encontramos Jesus acolhendo o pedido da superação da injustiça: “Havia também, naquela mesma cidade, uma viúva, que vinha ter com ele, dizendo: Julga a minha causa contra o meu adversário.” (Lucas 18.3); e observando maior disposição de integrantes desses grupos para agradecer pela graça concedida: “Não houve, porventura, quem voltasse para dar glória a Deus, senão este estrangeiro?” (Lucas 17.18). Percebe-se que nesta circunstância a ação de Jesus não tinha sido vinculada a qualquer condição. Ela aconteceu livre e gratuitamente, em liberdade e respeito, na simples busca da restauração da dignidade humana através da reintegração no cotidiano do seu mundo.

Este cuidar interessado, mas não interesseiro, não pode cair em esquecimento dentro de nossas comunidades. A ação social, como Evangelho em ação, abre possibilidades para a evangelização, quando as pessoas retornam para nossas igrejas por livre vontade. A decepção de Jesus ao ver o retorno de somente um dos dez, é de igual maneira sentida hoje pelo nosso povo ao ver a ingratidão. Mas isso não deve ser motivo para nos fazer desistir de nossa vocação, de seguir o exemplo do nosso Senhor e

desenvolver a ação social de tal modo que ela foque, em primeiro lugar, o outro em sua necessidade.

d) Fazer o bem e deixar o mal

A igreja deve discutir sobre o que representa o bem comum na sociedade e o bem especial da Igreja. Repare que a promoção do bem requer mais de nós do que o cumprimento de leis estabelecidas: “Ele te declarou, ó homem, o que é bom e que é o que o SENHOR pede de ti: que pratiques a justiça, e ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus” (Miquéias 6.8). Aqui, praticar a justiça certamente representa mais do que cumprir a lei, também representa cumprir a lei daquele país e daquele tempo. O problema é que nenhuma lei atende a todos os casos e a todas as necessidades sob todas as circunstâncias.

Por causa disso, Miquéias orienta que a justiça de Deus somente é entendida a partir da misericórdia. Em situações em que nenhuma lei obrigue por não existir ou não contemplar o caso específico, a comunidade da fé recebe essa determinação: onde não há lei, haja misericórdia. Somente assim a letra deixa de matar, porque o Evangelho faz com que uma pessoa se comova e se mova, não pela obrigação, mas pela clareza da sua vocação como cristão e cristã. Somente quando buscamos olhar para o nosso mundo com misericórdia, haverá justiça de Deus.

Quem será misericordioso, se não por humildade, quem terá coragem para fazer a coisa certa pela convicção que seja melhor servir do que ser servido (Mt 20.28; At 20.35)? Somente a humildade não nos leva a primeiro perguntar: Porque devo viver assim e assumir esse compromisso, porque não outra pessoa? Mas, a assumir “eis-me aqui, envia-me a mim.” (Is 6.8).

Além disso, existem na ação social situações

emergenciais e ambientais. Elas requerem atuações distintas. Em geral, será sempre melhor ensinar a pescar do que dar o peixe. Às vezes, porém, precisa-se dar o peixe para depois ensinar a pescar. O “Fazer o bem” requer de nós uma compreensão daquilo que numa determinada situação realmente “faz bem”. E, em geral, pode afirmar-se que ações predominantemente assistencialistas ajudam sem transformar a situação que causou a emergência e não contribuem para profundas transformações ao longo do tempo (Plano Nacional Missionário – pp. 54, 55). Assim, ações assistencialistas podem criar indesejáveis dependências em que não rege mais liberdade e responsabilidade entre a pessoa atendida e a pessoa ou a igreja que a acompanha.

Finalmente, lembramos que “fazer o bem” sinaliza uma atitude de transformação por envolvimento. O não fazer ou deixar fazer o mal é importante, mas pode, em certas situações, promover a ideia que a santidade de pessoas ou instituições passa pelo recuo e não pelo envolvimento. Já, “fazer o bem” sinaliza a compreensão da santidade como relacional, que passa pelo envolvimento com o outro e com o ambiente.

Metodistas não descansam na afirmação: “Graças a Deus, pois não faço nada errado”. Eles se preocupam com a pergunta: “Será que eu faço o bem, que sou capaz de fazê-lo? Será que nós fazemos o bem, que somos capazes de fazê-lo como igreja local, distrito, região ou igreja nacional?” Lembramos que exatamente neste ponto Jesus se distingue dos fariseus, enquanto eles tentaram preservar a sua santidade por não tocar e se manter distante de pessoas por serem consideradas pecadoras e impuras, Jesus serviu o povo pelo tocar, por meio de encontros em suas casas, transformando vidas, compartilhando com eles o dom de Deus.

e) A reconciliação do mundo em Cristo, a fonte, o critério da justiça e modelo do discipulado

Nos textos do Novo Testamento, reconciliação significa superação da inimizade do mundo pelo amor de Deus mostrado na vida, alcançado na morte da cruz (Rm 5.10) e aprovado por Deus pela ressurreição de Jesus Cristo. Esta compreensão, da extensão da obra de Cristo, iniciou-se quando Jesus ensinou seus discípulos a assumir, como estilo de vida, o amar seus inimigos e a superar, dessa forma, as resultantes injustiças que marcam a convivência humana até hoje.

Além disso, a reconciliação do ser humano em Jesus Cristo torna claro que a pobreza escravizadora em um mundo de abundância é uma grave violação da ordem de Deus e que “a identificação de Jesus Cristo com o necessitado e com os oprimidos, a prioridade da justiça nas Escrituras, proclamam que a causa dos pobres do mundo é a causa dos seus discípulos” (Credo Social, III.5.d).

A Igreja Metodista entende que o seu envolvimento no discipulado como estilo de vida contempla que seguir Jesus significa buscar ativamente a própria reconciliação com Deus e com o seu próximo, para vivermos em paz, como integrantes de uma só casa (Ef 4). Esse modo de convivência motiva um espírito reconciliador que ilumina os passos do discípulo/a no diálogo com a sociedade.

4

A visão histórica e teológica

*“O ser humano tem o dever de administrar a terra e seus recursos, que Deus lhe confiou, segundo os critérios do Senhor”
(Credo Social III.5)*

Na história do cristianismo a ação social foi compreendida e desenvolvida de diversos modos. O catolicismo encarregava ordens religiosas específicas com a tarefa de cuidar da caridade. No Brasil, as Santas Casas são um sinal disso, muitas vezes, em um passado recente, conduzidas por freiras. O protestantismo da Europa central, depois da dissolução dos mosteiros, entendia que o estado, através dos monarcas e da aristocracia, era o responsável pelo bem-estar da população.

Diante da visível e contínua ausência e omissão por parte do estado, quando ele ainda era organizado como monarquia, criaram-se instituições cristãs diaconais, porém, a maioria das vezes, era totalmente a parte das comunidades da fé. Surgiu a diaconia institucional. Apesar de promover grandes avanços no atendimento a crianças órfãs, mães solteiras, doentes e pessoas com deficiência, estas instituições ficavam à margem da igreja, constituindo-se assim, a bíblica divisão entre ação social e comunidade da fé.

O metodismo, neste ponto, parecido com o anglicanismo, entendia a ação social como expressão da vivência do evangelho integrada no trabalho da comunidade local. Com as novas possibilidades, nas democracias dos séculos XIX e XX, acresceu a esta compreensão com o foco na igreja local a atuação como instituição no estado. Como orientação para esta presença pública, criou-se, no início do século XX, o Credo social. Em sua primeira forma, visou contribuir para legislações mais sociais e o uso mais justo de recursos públicos. Vemos esta gênese em seguida.

a) Religião e santidade social: ação social e a relação entre as dimensões pessoal, comunitária e pública

No século XVIII, na Inglaterra, o movimento metodista lidou com a migração da zona rural para a cidade. Diante da marginalização dessas novas populações, sem hospedagem, sem alimentação adequada e sem acesso à educação e à saúde, atendiam-se as suas necessidades básicas visando o autossustento. O jovem movimento encarregava-se de uma capacitação plena dessas pessoas, em termos espirituais e intelectuais, sociais e pessoais. Distribuía-se, para os novos integrantes, tanto o guia espiritual Imitação de Cristo, de Tomás de Kempis, como um Manual de medicina popular. Procurava-se cuidar do “bem-estar integral do” ser humano (Credo Social, §1.1). Muitas vezes, a igreja era um espaço de contracultura, onde cresciam lideranças plenamente excluídas da participação na vida pública, especialmente, leigos em vez de sacerdotes e mulheres em vez de homens.

Em Wesley, a santidade era ênfase essencial para articular tanto a promoção da vida, como promoção do bem comum e também a formação de personalidades, com caráter e compromisso, capazes de vivenciar a sua vocação cristã. Por causa

disso, descrevia inúmeras vezes a maior expressão da santidade como amar a humanidade, inclusive os inimigos, até os inimigos de Deus, bem como a valorizar os pobres e oprimidos.

Os metodistas se encarregaram de espalhar pela terra as dimensões da santidade bíblica, baseadas nos profetas e no próprio Jesus Cristo. Tratava-se de uma santidade relacional. Construindo, motivado pela graça, novas relações e novas estruturas, em igreja e sociedade, capazes de conter e promover a mensagem de “Amar efetivamente às pessoas, caminhando com elas até as últimas consequências para a sua libertação dos problemas e sua autopromoção integral” (Credo Social, §IV.13.e). Wesley resumiu este propósito com as palavras: “Porque Deus levantou os metodistas? Não para criar uma nova seita, mas, para reformar a nação, particularmente a igreja, e espalhar a santidade bíblica sobre a terra”.

A presença pública moderna não estava plenamente fora do horizonte dessas comunidades. Apesar de ser o metodismo um fenômeno novo na sociedade, sob muita suspeita, especialmente dos prefeitos das cidades, que levou as sociedades metodistas às perseguições locais, por magistrados. Sendo ainda parte da Igreja Anglicana, as sociedades uniram seus esforços com outros grupos religiosos como os Quakers, presbiterianos, batistas e comissões parlamentares, para promoverem reformas institucionais no estado. Destacam-se nesse engajamento a reforma das prisões e a luta pela erradicação da escravidão, também a conquista pela defesa dos direitos individuais e comunitários e de praticar a sua fé sem perseguições.

b) Escola dominical e Credo social: ação social e ênfase nas dimensões educacional e pública

A partir de meados do século XIX, o metodismo

estadunidense deu uma maior ênfase na formação integral dos seus membros através da Escola Dominical. Um dos grandes idealizadores e promotores da escola dominical era Daniel Kidder, conhecido entre nós como o missionário que visitou o Brasil entre 1837 e 1841, para preparar a missão no país. A escola dominical trazia a ideia da formação contínua para a Igreja. Logo, a igreja avançou para a criação de seminários teológicos, colégios para a juventude e um pouco mais adiante, universidades. Nasceu o investimento dos metodistas na educação religiosa, teológica e secular, proporcionando um crescimento integral do ser humano.

Porém, aos poucos, uma nova onda de marginalização desafiou os fundamentos da paz na sociedade estadunidense. Os processos acelerados da industrialização, pouco acompanhado pelo estado e por uma legislação que buscasse a proteção do povo, causaram, em setores amplos da população, uma profunda miséria econômica, relacional e espiritual. Nestas circunstâncias, a Igreja Metodista levantou a sua voz profética e posicionou-se junto com outras igrejas protestantes claramente a favor dos legalmente (!) excluídos, e contribuiu para o movimento chamado Evangelho social – o Credo social. Colaborou para que a legalidade das demandas sociais dos trabalhadores industriais e seus familiares fossem amparados por uma nova legislação do país, mais favorável aos interesses do povo.

Assim, a igreja ajudou para que o século XX se transformasse no século do social e do estabelecimento dos direitos sociais, com direito a auxílio para trabalhadores acidentados, aposentaria, direito ao lazer e a um salário digno, proteção especial da criança, da mulher e do idoso. Reivindicações do Credo Social que em 1908 estavam longe de serem realizadas.

Na missão, no Brasil, foram implantadas as ideias

da educação religiosa, teológica e secular pela implantação do sistema da escola dominical, pela criação de dois seminários teológicos: um em Juiz de Fora e outro em Porto Alegre, e pela abertura de diversos colégios nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo e a criação das escolas paróquias para a alfabetização do povo. Com a criação do Instituto Central do Povo, no Rio de Janeiro em 1906, a Igreja Metodista antecipou a introdução do Credo social no Brasil por 12 anos. O Instituto Central do Povo esteve, em sua época, na vanguarda das medidas sociais no país, com a criação de atendimento médico para os trabalhadores, cursos de formação, de recriação para crianças, merenda escolar, enfim, com a criação de oportunidades que ao longo do tempo se transformaram em direitos do povo brasileiro.

c) Credos Sociais Brasileiros, Plano para a Vida e a Missão e Dons e Ministérios: ação social, a dimensão pública e o sacerdócio universal

Observe-se que o metodismo brasileiro, em busca da autonomia e de desenvolver uma face mais brasileira do Credo, não abandonou este aspecto da sua identidade institucional. Pelo contrário, atualizou, já em 1930, o Credo Social, contemplando ao lado do trabalhador industrial e da sua família o trabalhador rural e seus parentes. Na época, promoveu o ideal do cristão cidadão, defendeu o voto feminino e se engajou pelo seu uso consciente. Para enfatizar a importância do modelo do cristão cidadão (cf. também Credo Social, §IV.1), a Igreja Metodista no Brasil tomou mais um passo extraordinário, sem precedentes no metodismo mundial: Foi a primeira igreja metodista a colocar o Credo Social na primeira parte dos seus Cânones, junto a sua Constituição e os Artigos de Religião, para “estimular o desenvolvimento de uma cidadania responsável e o preparo para a maior participação nas estruturas,

processos e decisões” (PVMI, § A.4.8) na sociedade.

Nas duas atualizações, feitas em 1960 e em 1970, acompanhou o desenvolvimento do país e destacou como critério para discernimento do estado laico a carta dos direitos humanos das nações unidas (Credo Social, III.6), inclusive sua defesa da liberdade humana. Lembramos que a primeira afirmação do Credo de 1908 soa como o preâmbulo dos mesmos, ou seja, o Credo Social contribuiu para a formulação dos Direitos Humanos, bem como os Direitos humanos contribuíram para orientar o caminhar da igreja cristã.

d) Século XX: metodismo brasileiro e a construção da nação brasileira – Credos sociais e contexto brasileiro, PVMI e a reafirmação da ação social como parte da missão da IM, ação social como parte da ação missionária e o sacerdócio universal.

No início da década de 1980, na época em que o estado brasileiro iniciou uma anistia com os processos da redemocratização, a Igreja Metodista lançou o Plano para Vida e Missão, para contribuir com este processo na perspectiva do evangelho do Reino de Deus. Conduziu seus membros ao engajamento em melhorias na sociedade, em suas instituições e leis para criar condições de vida mais dignas para crianças, mulheres e homens desta nação.

No fim da década de 1980, igrejas acolheram iniciativas simbólicas como cultos anuais para os garis (limpeza pública), projetos para crianças de rua, tal como o projeto em São Bernardo do Campo, que se tornou referência nacional. Às vezes, o metodismo é até identificado pela sua ação social, como aconteceu recentemente, através do Jornal Nacional que lembrava o trabalho metodista junto à população dos moradores de rua, como marca e característica do trabalho da Igreja Metodista.

Contribuímos para a elaboração do Estatuto dos direitos dos adolescentes e das crianças e motivamos o povo metodista para transformar as igrejas locais em lugares de defesa e implantação desses direitos, inclusive, pela participação nos conselhos tutelares da criança em seus municípios. O mesmo se repetiu quanto ao Estatuto do idoso. De igual maneira, o povo metodista se envolveu, mais recentemente, em campanhas do desarmamento e da inclusão social de pessoas com deficiência, tanto nas igrejas locais como em suas instituições educacionais. Podemos chamar isso de participação e expressão profética do sacerdócio universal, exemplos do esforço contínuo da igreja para vivenciar o evangelho em ação.

e) Carta da Terra e sustentabilidade: A dimensão ambiental como quadro maior da ação social

O novo século se apresenta como desafio e oportunidade para o metodismo brasileiro. O Brasil vive uma nova fase como nação, não é mais considerado o país do futuro, mas, do presente. A criação da Carta da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992, a participação do Brasil no grupo dos BRICS (países emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), sua contribuição em ações dos capacetes azuis e o esforço do país para entrar no conselho de segurança da ONU, mostram a chegada de Brasil no palco mundial como autor global. O novo papel do Brasil no mundo desafia a igreja para um novo e redobrado olhar para cobrar que esta presença ocorra de forma justa, tranquila, reconciliadora e pacificadora.

Reconhecemos, porém, que a defesa dos interesses de todos os povos não representa a última fronteira do engajamento cristão. A igreja e todos seus membros se comprometem com a promoção da justiça com a terra e para com todos os que nela habitam. Por razões dessa natureza, o Concílio Geral

da Igreja Metodista, de 2011, decidiu que devem ser implementadas ações que envolvam a Igreja no cuidado e preservação do Meio Ambiente (PNM 2012-2016, 2011, p. 26).

Esta decisão orienta, inclusive, a “Apoiar todas as organizações que estejam voltadas a programas de sustentabilidade, bem como todas as iniciativas educativas em favor do planeta” (PNM 2012-2016, 2011, p. 27). Posição antiga que já se encontrava no Plano para a Vida e a Missão da Igreja desde 1982: “Há necessidade de apoiar todas as iniciativas que preservem e valorizam a vida humana. [...] A missão da Igreja acontece quando a Igreja sai de si mesma, envolve-se com a comunidade e se torna instrumento da novidade do Reino de Deus” (PVMI, §C. 4 e 7).

5

Orientações pastorais

Diante do que expomos, lembramos que a ação social tem relação com a vocação ministerial (responde à vocação divina) da igreja e busca atender o clamor da população (pela dignidade de vida do povo), especialmente, aquela empobrecida e marginalizada, visando a dignidade de vida. Para cumprir a missão na área social, a igreja, em seus diversos níveis, procura conhecer a situação de vida das pessoas, famílias e grupos sociais que compõem a comunidade. (PVMI).

A ação social da igreja metodista se dedica às iniciativas de prevenção, conscientização e envolvimento em situações de risco à vida de pessoas e grupos sociais e com as iniciativas que visem melhorar suas condições em termos mais amplos e gerais, desenvolvendo a justiça e promovendo a paz.

Recomendamos que a Igreja promova cultos focados em sua ação social, integrando, como parte da liturgia, um dos onze itens do nosso credo social em suas bases bíblicas (Credo Social, II – Bases Bíblicas), para inspiração, motivação e conscientização do povo metodista à Ação Social.

a) Ação social no século 21: Local, nacional e global

Para responder aos desafios sociais, a igreja deve

desenvolver suas atividades usando caminhos e setores distintos. As nossas comunidades e igrejas locais se movimentam com frequência, em solidariedade, para responder às situações emergenciais às pessoas e famílias sem recursos para alimentação, educação, vestimenta e moradia. Este apoio acontece quer por motivo de desemprego, baixa renda (por serem desempregadas e mesmo que empregadas os seus recursos financeiros sejam poucos) ou por serem vítimas de catástrofes naturais.

Esta ajuda não é paternalista. Ela representa a mão solidária na hora de necessidade absoluta. A Igreja Metodista aconselha que não se transforme essas iniciativas ou outras semelhantes, em expressão única do amor e da solidariedade cristã, ensinadas no Evangelho de Cristo.

No nível da igreja local, deve-se promover ações de solidariedade que gerem a reconstrução da dignidade humana naquilo que é essencial para manutenção da vida, especialmente, daqueles que não conseguem acessar tais direitos. Para atingir esses objetivos a Igreja se organiza através de Ministérios de Ação Social, Associações Metodistas de Ação Social e outros conforme regimentos locais.

Como instituição, devemos procurar conhecer a legislação do país, do estado e do município, visando uma parceria no atendimento dos objetivos acima mencionados e também, valorizar ações governamentais que promovam o acesso a habitação, saúde e educação que são direitos sociais básicos garantidos pela Constituição Federal e pelos Direitos Humanos.

Reafirmamos que como metodistas somos envolvidos com a santidade social. Com este fim, devemos nos envolver com os movimentos que combatem a corrupção política, ética e moral; o racismo contra os negros, índios e outros povos; a discriminação em todas as suas formas; a intolerância religiosa; os diversos tipos de exploração humana;

a violência contra a natureza e tudo aquilo que descaracterize a santidade social.

b) Maturidade cristã: caráter humano, discernimento e ação social

As pessoas envolvidas com a ação social para o desenvolvimento da maturidade cristã devem:

- colaborar na área do ensino e, com a equipe pastoral, favorecer a formação de pessoas com caráter, visão, discernimento e atitude;
- promover o conhecimento sobre a prática de uma espiritualidade integrada à vida da igreja;
- estudar os documentos da igreja, visando entender qual a sua contribuição.

A Ação Social aprende com a Igreja o que significa uma militância cristã bíblica a favor das situações humanas de degradação e da negação de direitos fundamentais à pessoa humana.

c) A Igreja como laboratório e oficina do Reino de Deus

A Igreja Metodista tem uma vocação histórica e específica de integrar a ação social no cotidiano, pensando no entrelaçamento vivo entre as dimensões pessoal, comunitária, pública e ambiental. Assim a Ação Social:

- ganha a sua visão do mundo na contemplação de Deus, nas suas obras e na imitação de Cristo;
- promove formas comunitárias de aprendizagem, integração e capacitação;
- leva a Igreja a se interessar pelo estado real do nosso mundo;
- motiva a Igreja a desenvolver uma visão abrangente dos sinais do Reino de Deus;

A ação social da Igreja não pode prescindir o

anúncio da Graça Salvadora e Libertadora manifesta por Deus em Cristo Jesus a todas as pessoas.

d) Grandes obras precisam de muitas mãos

Dependendo dos objetivos e também do alcance que se pretenda com a ação social, a sua eficácia pode ser multiplicada por colaborações intereclesiais ou não, com ONG, com iniciativas de outras denominações eclesiais ou não cristãs e com departamentos dos Municípios, do Estado e da União. Neste aspecto, observar a Carta Pastoral – Para que todos sejam um.

A Ação Social estimula a Igreja a criar parcerias com grupos diversos para desafiar e vencer, de forma mais eficazmente possível, os sinais de morte. Lembrando que todos os órgãos de promoção da vida, com critérios éticos e morais, e que não contrariem posições doutrinárias da Igreja, recebem o nosso apoio.

6 Conclusão

“Eu lhes dei o exemplo, para que vocês façam como lhes fiz. Digo-lhes verdadeiramente que nenhum escravo é maior do que o seu senhor, como também nenhum mensageiro é maior do que aquele que o enviou. Agora que vocês sabem estas coisas, felizes serão se as praticarem.”
(João 13:15-17 – NVI)

Jesus deu o exemplo, através do lava-pés, para que, como igreja, servíssemos uns aos outros (ao povo), como discípulas e discípulos dele. Ele, como mestre e senhor, serviu e nós também devemos servir. Um dos meios pelo qual servimos à necessidade das pessoas (do povo) é através da ação social. Esse serviço deve ser prestado em nível de Excelência.

Assim, entendemos que o que está bom sempre pode melhorar e ser inovado, por isso, esta carta apresentou pistas pastorais e formas pelas quais a igreja pode melhorar a qualidade de suas ações na área social.

O Colégio Episcopal espera que os irmãos e irmãs possam se utilizar dela com sabedoria, buscando a melhor compreensão do que nela fora exposto,

identificando pontos importantes que motive a igreja local a uma prática da ação social mais intensa como fruto da missão.

Assim como na encarnação de Deus, em Cristo, assumiu toda a fragilidade humana, procurando fazer o bem, em qualquer tempo, assim a Igreja Metodista desen-volve sua prática cristã, encarnada em seus princípios e valores de sua ação social, como elementos indispensável à uma cidadania cristã plena.

Bibliografia

BARBIERI, Sante Uberto. *A ação social da Igreja*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1936.

SECRETÁRIOS GERAIS DA IM. *Ação leiga e a preocupação social da Igreja*. São Paulo: [s.n.], 1962.

JUNTA GERAL DE AÇÃO SOCIAL. *Somos deste mundo*. São Paulo: [s.n.], 1963.

[SILVA, João Parahyba Daronch da]. *Doutrina social da Igreja Metodista do Brasil*. Publicação da Junta Geral de Ação Social da Igreja Metodista do Brasil. 1968.

IGREJA METODISTA. *Como criar e desenvolver o Ministério de Ação Social na Igreja Local*. Rio de Janeiro: Reproarte, 2000.

Nossa Missão

Participar da ação de Deus
no Seu propósito de salvar
o mundo.

Nossa Visão

Comunidade Missionária a serviço do
povo, espalhando a Santidade Bíblica
sobre toda a Terra

Nosso Tema

Discípulas e Discípulos nos
caminhos da Missão

ISBN 978-85-8046-030-8



9 788580 460308